



COMITÊS PCJ



ARES AGÊNCIA
REGULADORA
PCJ

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ

As mudanças, avanços e desafios em
busca da uniformização na Regulação do
Saneamento



CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

- *Doutor (2020) e Mestre (2012) em Direito - USP*
- *Pós-Doutor (2023) em Direito Administrativo - UNESP*
- *Secretário-Executivo da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais - CTJI, da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR*
- *Diretor da Agência Reguladora de Saneamento ARES-PCJ*

FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO (Lei 11.445/2007):

1.

OBRIGAÇÃO
LEGAL

A regulação dos serviços de saneamento básico é **obrigatória**, independente da natureza do prestador (Lei nº 11.445/07, art. 8º, § 5º)

2.

VALIDADE
DOS
CONTRATOS

É condição de validade dos contratos quando a prestação é realizada por **Concessão ou PPP** (Lei nº 11.445/07, art. 11, III)

3.

ACESSO À
RECURSOS

É requisito para acesso a **recursos públicos federais** (Lei nº 11.445/07, art. 50, III)

4.

ÓRGÃOS DE
CONTROLE E
FINANCIAMENTO

É exigida por **órgãos de controle** (MP, TCE) e por órgãos financiadores (Caixa, BNDES)

FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO

A regulação do saneamento básico pode ser dividida basicamente em dois componentes:
a **REGULAÇÃO TÉCNICA** e a **REGULAÇÃO ECONÔMICA**

REGULAÇÃO TÉCNICA:

Acompanhar a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico prestados. A fiscalização dos serviços e aferição de sua qualidade pode se dar por duas formas de acompanhamento: a fiscalização direta e a fiscalização indireta.

REGULAÇÃO ECONÔMICA:

O **Regulador** é o responsável pela regulação econômica dos contratos e da prestação direta (sustentabilidade).

LEI 11.445/2007

Art. 22. São objetivos da regulação: [...] IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária [...].

Art. 23. **A entidade reguladora**, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, **editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:** [...] V - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;



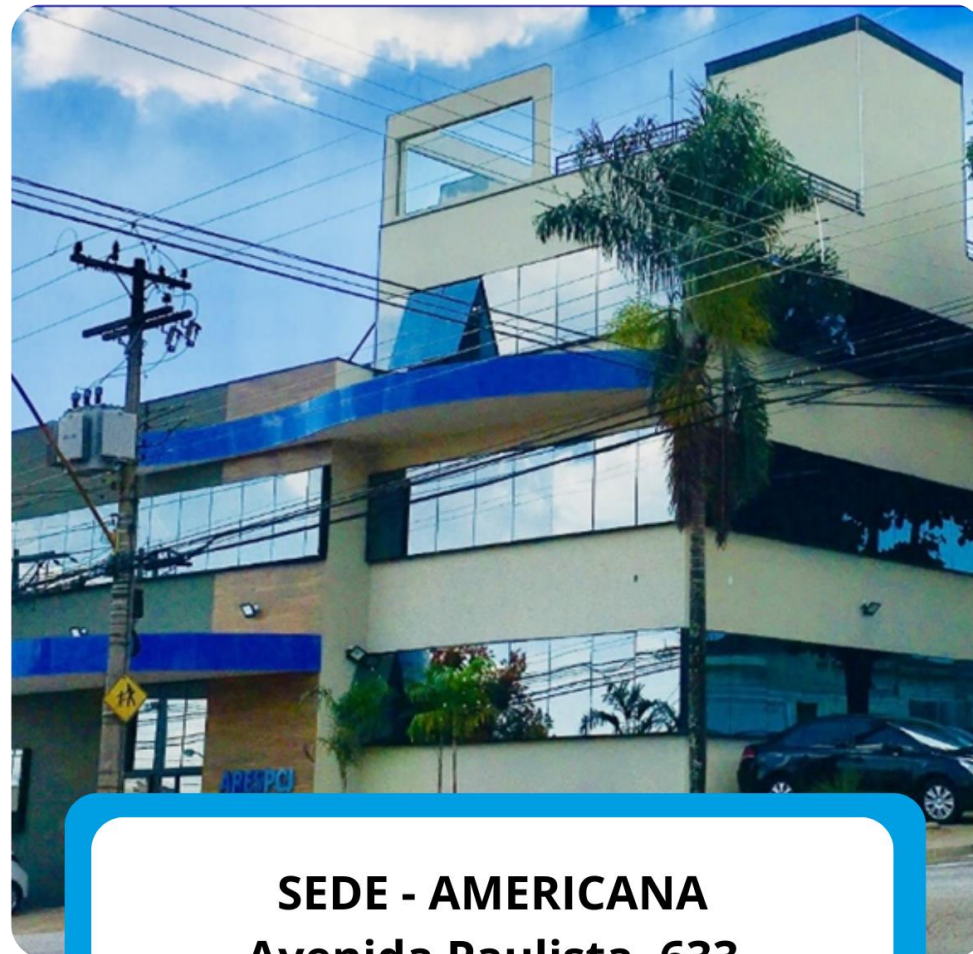


SEDE DA ARES-PCJ
AMERICANA - SÃO PAULO

FORMAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ARES-PCJ

- A **ARES-PCJ** – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, é **associação pública**, criada em maio de 2011 na forma de **consórcio público de direito público**, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), para atuar exclusivamente na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, em atendimento à Lei Federal nº 11.445/2007 (Diretrizes nacionais para o Saneamento Básico).

ESCRITÓRIOS DA ARES-PCJ



SEDE - AMERICANA
Avenida Paulista, 633
Jardim Santana



REGIONAL RIBEIRÃO PRETO
Centro Empresarial New Century
Av. Pres. Vargas 2001,
Sala 88



REGIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Ed. Navarro Building
Rua Jair Martins Mil Homens 500,
Salas 1320 e 1321

ASSEMBLEIA GERAL
CONSÓRCIO PÚBLICO ARES-PCJ

PRESIDÊNCIA
CONSÓRCIO PÚBLICO ARES-PCJ



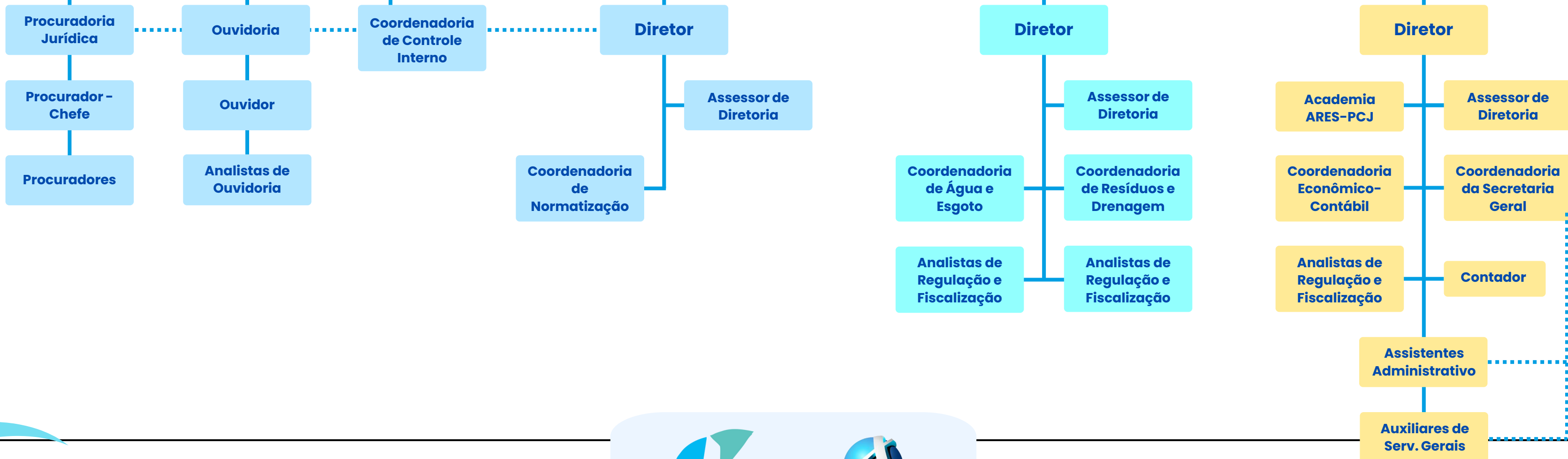
AGÊNCIA REGULADORA ARES-PCJ
DIRETORIA COLEGIADA

ARES AGÊNCIA
REGULADORA
PCJ

DIRETORIA
GERAL

DIRETORIA
TÉCNICO-OPERACIONAL

DIRETORIA
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Área de Atuação da Agência

● Municípios Consorciados

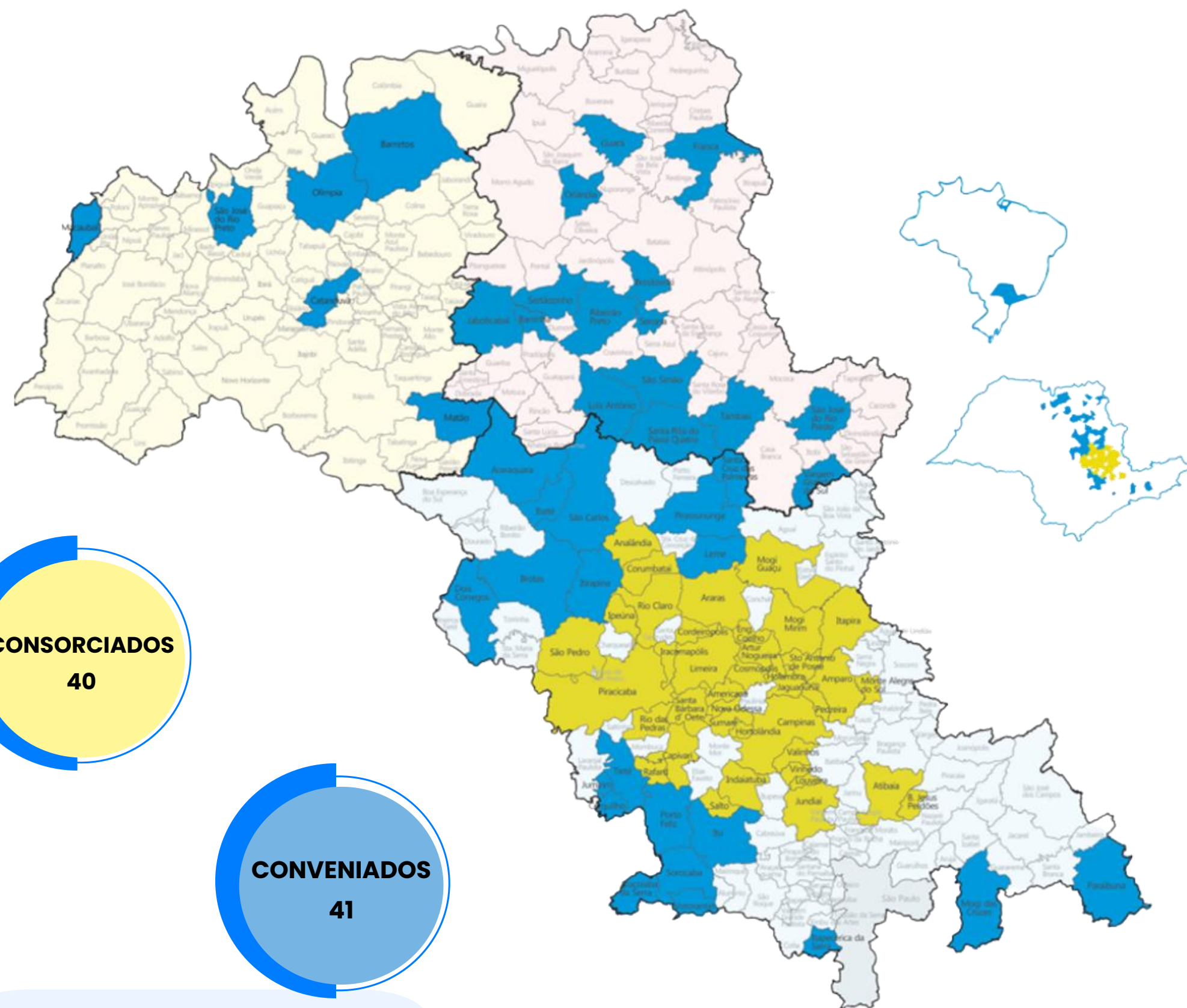
● Municípios Conveniados



COMITÊS PCJ



ARES
AGÊNCIA
REGULADORA
PCJ



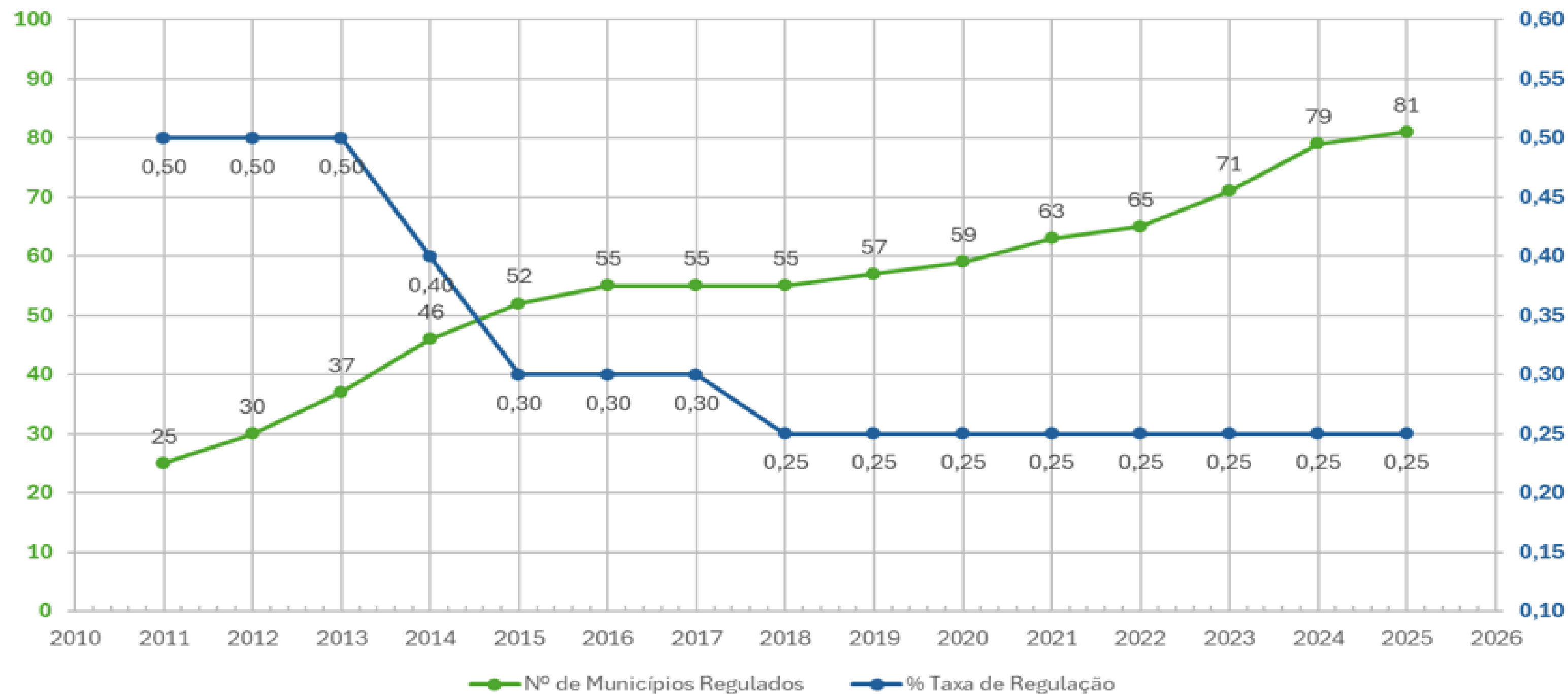
PERFIL DOS MUNICÍPIOS REGULADOS ARES-PCJ

PORTE DO MUNICÍPIO (Nº DE HABITANTES)	MUNICÍPIOS ASSOCIADOS	SOMA DA POPULAÇÃO
ATÉ 10 MIL	8	53.016
DE 10 MIL A 50 MIL	28	787.591
DE 50 MIL A 100 MIL	16	1.062.626
DE 100 MIL A 200 MIL	13	1.871.875
DE 200 MIL A 500 MIL	12	3.810.357
DE 500 MIL A 1 MILHÃO	3	1.987.456
ACIMA DE 1 MILHÃO	1	1.185.977
TOTAL	81	10.758.898

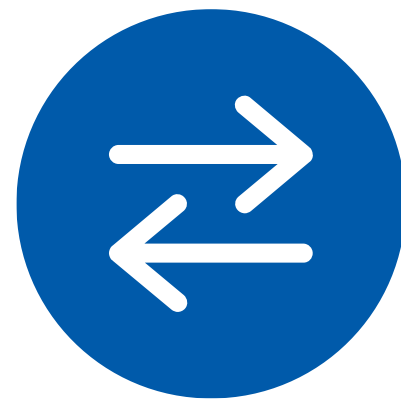
NATUREZA DO PRESTADOR	ÁGUA	ESGOTO	RESÍDUOS	PRESTADOR
PREFEITURA MUNICIPAL (Administração Direta)	22	21	43	65
AUTARQUIA MUNICIPAL (Administração Indireta)	39	35	4	43
EMPRESA MUNICIPAL (Economia Mista)	4	3	-	4
EMPRESA PRIVADA (Concessão Plena)	11	11	2	13
EMPRESA PRIVADA (Contrato de PPP)	-	6	3	9
TOTAL	76	76	52	134

TAXA DE REGULAÇÃO

Número de Municípios Regulados e Percentual da Taxa de Regulação



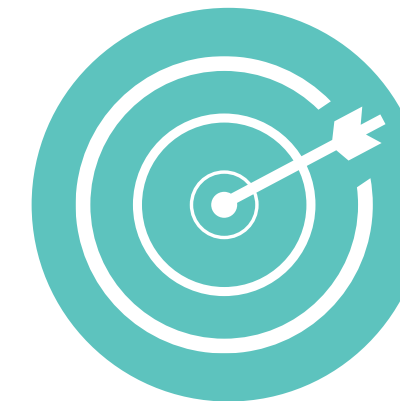
As Mudanças, Avanços e Desafios em Busca da Uniformização na Regulação do Saneamento



Mudanças



Avanços



Desafios



Principais alterações com a Lei 14.026/2020

Regionalização como estratégia de ganho de escala

Art. 49. São objetivos da Política Federal de Saneamento Básico: [...]

XIV - promover a regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica financeira do bloco.

Propósito do comando legal:

Agrupamento de municípios para ganho de escala econômica e consequente universalização dos serviços.

Principais alterações com a Lei 14.026/2020



Atendimento às Normas de Referência da ANA

Art. 4º-A (Lei 9.984/2000). A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.



Propósito do comando legal:

Padronização regulatória para atratividade de novos negócios e segurança jurídica.



Principais alterações com a Lei 14.026/2020

Agenda Regulatória



AGENDA REGULATÓRIA 2025-2026				
EIXO	MACROTEMA	Nº	TEMA	PREVISÃO
9 - SANEAMENTO BÁSICO	Governança Regulatória	9.1	Estabelecer normativo para determinar requisitos de elegibilidade de ERIs e estágios de desenvolvimento para o programa Pró-Saneamento.	1º/2026
	Universalização do acesso ao saneamento básico	9.2	Estabelecer norma de referência para reúso de efluente de esgoto sanitário tratado.	2º/2026
	Qualidade da prestação de serviços	9.3	Estabelecer norma de referência sobre condições para a estruturação dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais (nova redação dada à meta "diretrizes para definição de modelos de regulação de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas").	1º/2025
		9.4	Estabelecer norma de referência para redução progressiva e controle das perdas de água.	2º/2025
		9.5	Estabelecer norma de referência sobre padrões e indicadores operacionais para os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2025
		9.6	Estabelecer norma de referência sobre padrões e indicadores operacionais para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2026
	Regulação tarifária	9.7	Estabelecer norma de referência sobre estrutura tarifária para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	1º/2025
		9.8	Estabelecer norma de referência sobre revisão tarifária de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2º/2025
	Regulação Contábil	9.9	Estabelecer norma de referência sobre os critérios para a contabilidade regulatória para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2º/2025
	Padronização de instrumentos negociais	9.10	Estabelecer norma de referência para a padronização de instrumentos negociais da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2º/2025
	Sustentabilidade da prestação de serviços	9.11	Estabelecer norma de referência sobre regulação de parcerias público privadas (PPPs) nos serviços de saneamento básico.	1º/2026
	Atos normativos procedimentais	9.12	Estabelecer o procedimento administrativo de ação arbitral.	1º/2025

Obrigado!



COMITÊS PCJ



ARES AGÊNCIA
REGULADORA
PCJ